

Extrair/Danificar/Reparar

Françoise Vergès¹

Doutora em Ciência Política/Universidade de Berkeley (Califórnia)

fvmcur@gmail.com

"Extrair/Danificar/Reparar", esse poderia ser o resumo do que temos vivido desde que a Europa iniciou no século XV seu projeto de colonização do mundo. Pessoas, animais, plantas, rios, mares: nada escapou de sua ganância e de sua vontade de dominação. Extrair, até o esgotamento, a força vital e a energia dos corpos pretos e racializados, extrair do ventre das mulheres pretas as vidas a serem exploradas, extrair todas as riquezas do solo e do subsolo, danificar os corpos, a terra, os rios e os mares, os animais e as plantas, renomear tudo, roubar, pilhar, violar, drenar, obliterar: eis o programa do escravismo, do colonialismo, do imperialismo e do capitalismo racial. Entendam-nos bem, a ganância, a escravização e a dominação não nascem com a colonização europeia, mas a última faz da violência sistêmica e estrutural o fundamento mesmo de sua expansão e de sua sobrevivência. O que ela oferece – desejos e prazeres da consumação, satisfações narcísicas e materiais da dominação – tem base na exploração e extermínio. “Da colonização à civilização, a distância é infinita”, escreveu Aimé Césaire (1989: 10) em seu grande panfleto poético-político *Discurso sobre o colonialismo*. A doçura de viver para alguns(mas) tem a marca do sangue e do ferro. Reparar os danos, atrocidades, roubos, crimes esteve e permanece no coração das lutas para que advenham sociedades pós-racistas, pós-capitalistas, pós-imperialistas e despatriarcalizadas a fim de *humanizar o mundo*. Reparar, uma política que se define tanto em situação quanto transnacionalmente, elaborada pelas pessoas concretamente interessadas – cultivadores de algodão, trabalhadoras em plantações de azeite de dendê e de açúcar na África e na América Central e do Sul, feministas lutando contra os feminicídios,

1 Autora, entre outros, de *Um feminismo decolonial* (Ubu editora, 2020), *Uma teoria feminista da violência* (Ubu Editora, 2021) e de *Monsters and Revolutionaries* (Duke University Press, 1999). Participou do Comitê francês para a memória e a história da escravidão em 2004 e foi sua presidente de 2009 até 2012. Professora na *Sussex University* e no *Goldsmiths College* na Inglaterra, foi titular da cadeira *Global South(s)* de 2014 à 2018 em Paris no *Collège d'études mondiales da Fondation Maison des Sciences de l'Homme*.

trabalhadoras do sexo, comunidades mobilizadas contra o roubo de suas terras, contra as multinacionais que impõem suas leis, contra a militarização da vida social, contra a violência policial e pela justiça reprodutiva... –, e pelas alianças forjadas no coração das lutas. A temporalidade dessas políticas de reparação não é linear, ela é multitemporal, porque ela diz respeito aos crimes do passado e seus traços no presente, aos danos e crimes perpetrados no presente, e já aos danos e malfeitos cometidos no presente, mas que já ameaçam a vida das gerações futuras. Ousar imaginar a humanização do mundo é rejeitar a oposição entre passado, presente e futuro do tempo ocidental, que não é aquele de comunidades, de povos não ocidentais e das lutas. Estas múltiplas temporalidades são insuperáveis: aquela de reparar um passado de massacres, de destruição e de crimes, de reparar um presente onde massacres, destruições e crimes são elementos organizadores dos governos e de reparar um futuro onde os efeitos da violência passada e presente já são visíveis. Esta temporalidade múltipla requer pensar a reparação fora do quadro jurídico ocidental que impõe uma temporalidade fechada, uma responsabilidade individual e o seguinte processo: reconhecimento do crime, busca do culpado, processo, punição, prisão ou pena de morte. No entanto, nem a prisão nem a pena de morte humanizam o mundo. Com isso, o poder da imaginação é fundamental: fazer o salto imaginativo para o qual nos convidam os ancestrais, as comunidades de luta e as gerações futuras.

O esforço para humanizar o mundo, para fazer reconhecer como humana uma grande parte da humanidade, tem uma longa história enraizada na resistência dos povos indígenas, nos combates dos escravizados, na Revolução haitiana, nas lutas pelas independências, pela descolonização dos saberes, das sexualidades, dos gêneros. Os/As teóricos(as) dessa humanização mostraram que o que tem sido chamado de “humano” é apenas o nome do “Homem”, branco e burguês. Para a filósofa caribenha Sylvia Wynter, apenas o estudo das implicações éticas do projeto colonial europeu (em outras palavras, o estudo da fronteira que institui duas descrições muito distintas do humano) acompanhado de um distanciamento das teorias que estão excessivamente ancoradas localmente permite o acesso a uma crítica do conjunto da ordem social burguesa ocidental que se ergueu como normativa². Não se trata de substituir as concepções ocidentais sobre o que significa ser humano, mas de desfazê-las, de construir um mundo onde não seja a violência sistêmica e estrutural que funda as relações entre os seres humanos, com os animais e com o planeta, um mundo onde a extração não é a condição inescapável da produção de riqueza. Nesta era de violência sistemática e globalizada, que Achille Mbembe (2020: 34) chama de “*brutalismo*”, onde o “*assassinato deixa de ser uma exceção*”, a África é um “*laboratório privilegiado*” para estudo. Eu examino nesta contribuição como esse

2 Ver: Katherine McKittrick (2015), *On Being Human as Praxis*. Duke: Duke University Press.

brutalismo, essa violência sistêmica, inseparável da colonização capitalista e imperialista, operam sobre o corpo preto feminino, como na lógica do capitalismo racial, o corpo preto é “feminizado” e racializado a fim de extrair dele toda sua energia. Um “*aspecto previsível e constitutivo dessa democracia*” (a democracia ocidental) é “*a imanência da morte*”³. O corpo preto é então transformado em uma fonte de energia fóssil que é puncionada até a exaustão, até sua morte prematura. A fabricação de uma negrificação/feminização (da qual o corpo preto masculino não escapa) de corpos pretos produz corpos excedentes, corpos matáveis, que podem ser violados, desmembrados, que a polícia sufoca. Quanto a essa economia da exaustão, eu escolhi falar da extração do corpo das mulheres pretas de uma força de trabalho, da afecção, do prazer sexual, da vida (através do sequestro de seus filhos) e do gozo perverso que sua dominação traz ao feminismo racista e à supremacia branca.

O capitalismo racial neoliberal constrói um mundo mórbido e mortífero continuando a fazer brilhar uma vida plena e feliz através do consumo, instituindo e legislando sua violência. Sob sua lei, respirar tornou-se um privilégio de classe e de raça, e agora há mais mortes prematuras no mundo causadas pela poluição do ar do que por qualquer outra causa⁴. Durante 2020, as cinzas dos incêndios na Califórnia, na Sibéria, na bacia do Congo, na Amazônia, na Indonésia, na Austrália e até mesmo no Ártico escureceram o céu e cobriram de uma cor cinza o solo, as paisagens, as ruínas e até mesmo os picos de montanhas distantes. Os animais que pereceram aos milhões, os seres humanos que foram condenados a perder todos os seus bens, a respirar ar sujo, ou a morrer queimados vivos, não emocionaram os dirigentes. Estas catástrofes nos trouxeram a memória da explosão da fábrica de pesticidas Union Carbide em Bhopal em 1984, o abandono da comunidade afro-americana em Nova Orleans após a destruição pelo furacão Katrina em 2005, as mulheres queimadas vivas no Rana Plaza em Bangladesh em 2013, as terras e as comunidades racializadas devastadas pela clorodecona nas Antilhas, a indústria de mineração de ouro na Guiana, a mineração na América Central e do Sul e o roubo de terras e o desmatamento na Amazônia. A desumanização tornou-se uma questão habitual. Multinacionais e estados constroem um mundo “*dirigido e animado pela ganância e pelo poder*”, um “*mundo esvaziado de respeito e de honra*”⁵.

3 Joy James et Joao Costa Vargas (2012), “Refusing Blackness as Victimization: Trayvon Martin and the Black Cyborg” in *Pursuing Trayvon: Historical Contexts and Contemporary Manifestations of Racial Dynamics*, George Yancy e Janine Jones (eds.), citado por Christina Sharpe (2016: 15). Sublinhado no texto.

4 Nathalie Mayer (2020) afirma que “A poluição do ar é o flagelo que mais reduz a expectativa de vida no mundo”. Ver também o relatório em *European Heart Journal*, Disponível em: <https://academic.oup.com/eurheartj>. Acesso em: 18/02/2022.

5 Palavras da Juventude Autóctone da Guiana (JAG) citadas por Goldoracle, QuedlaGold e Goldebois

As lutas pela justiça, pela dignidade, pela terra, contra o feminicídio, o estupro, a prisão, a violência, são lutas pela vida, pela humanização do mundo. Em uma intervenção em 3 de março de 2021, S’bu Zikode, presidente do movimento Abahlali base Mjondolo Shack Dweller’s, na África do Sul, reafirmava a importância e a necessidade da luta pela humanização do mundo, que seu movimento realiza transnacionalmente com movimentos similares na Índia e no Brasil⁶. O direito a respirar, à água potável, ao ar puro, estes direitos inseparáveis da simples possibilidade biológica da vida e o direito à terra, o direito à justiça, à moradia, à educação e à saúde, estes direitos que nenhum governo é capaz de garantir de forma perene.

Gêneros, raça, feminismo

A cultura dominante ocidentalizada oferece, direta ou subliminarmente, a imagem do que é “ser mulher” e “ser homem”, e esse homem, essa mulher, que ela celebra, é uma pessoa de classe abastada, branca e saudável. O domínio masculino é assim exercido sobre mulheres e homens e a escravidão colonial está na matriz⁷, o homem branco torna-se “o verdadeiro homem” e a mulher branca, um ser frágil e delicado. Mulheres e homens pretos são transformados em objetos sexuais, em corpos para serem traficados e mortos. A escravidão fixa e “perturba” o gênero dos escravizados, porque é de uma só vez atenta e cega ao gênero (assim como o capitalismo). Assim, diz-se que as mulheres pretas são duras para a labuta, incapazes de sentimento materno, de amor e afeição, mas também requisitadas para alimentar e cuidar de brancos(as) e seus/suas filhos(as) com afeto e cuidado. Uma mulher preta escravizada é um corpo-objeto de sexo feminino e um corpo sem gênero e sem sexo a ser explorado como aquele de um homem escravizado. Ela é o alvo de estupros repetidos como “mulher” e como “escrava”, ela é torturada da mesma forma que um homem preto⁸. Ela é designada para o trabalho mais árduo no campo e para trabalhar como cozinheira e serviçal. Aos olhos da supremacia branca, o gênero dos não-brancos é fixo e fluido, sendo o binarismo e a complementaridade de gênero um atributo do mundo branco⁹. A invenção de uma virilidade branca é baseada na animalização, na

(2019: 20), *Ni or, ni maître. Montagne d’or et consorts*. France Métropolitaine: Les éditions du Couac.

6 Escute no endereço: <https://www.youtube.com/watch?v=VJ0BOVLMRuY&feature=youtu.be>.

7 O status do(a) escravizado(a) como objeto não é exclusivo ao escravismo ocidental. Ver sobre esse assunto: James C. Scott (2019), *Homo Domesticus. Une histoire profonde des premiers États*. Paris, La Découverte, que assinala que nos registros sumérios os(as) escravizados(as) eram considerados do mesmo status que o gado ou que os móveis, e Paulin Ismard (2019), *La cité et ses esclaves. Institution, fictions, expériences*. Paris: Seuil. Nos casos examinados pelos autores esses sistemas não produzem racialização.

8 O que explica Hortense Spillers (1987) em “Mama’s baby Papa’s Maybe: An American Grammar Book”. *Dicritics*, 17(2): 65-81.

9 Além do artigo clássico de Hortense Spillers, op. cit., ver: Thema Golden ed. (1994), *Black Male*.

exploração, na sexualização, na criminalização dos corpos feminino e masculino preto e racializado. As qualidades que esta virilidade concede a mulheres e homens brancos são negadas a eles. A economia extrativa não se trata apenas da acumulação de riqueza material, ela oferece a oportunidade de dar vazão à crueldade e ao gozo que fornece o exercício da propriedade privada sobre seres humanos. Em seu livro, *They Were Her Property: White Women as Slave-Owners in the American South*, a historiadora afro-americana Stephanie E. Jones-Rogers (2019) mostrou como o exercício da propriedade privada sobre seres humanos não era apenas uma questão de direitos de propriedade, mas também um modo de vida. Jones-Rogers mostrou como a escravidão representou para as mulheres brancas proprietárias de escravos uma fonte de status social, de capital e de gozo. As qualidades associadas à feminilidade branca sob a escravidão – suavidade, passividade, ocupadas com frivolidades – eram apenas retóricas, pois as mulheres que possuíam escravos eram atores econômicos sofisticados que se engajavam diretamente no mercado de escravos do Sul e dele se beneficiavam. Essas mulheres tinham consciência que os escravos eram sua principal fonte de riqueza, muitas vezes recebida como herança, uma herança de gênero uma vez que seus pais lhes legaram escravos em vez de terra (aos filhos a terra e escravos, às filhas principalmente escravos). As mulheres brancas, privadas de outros direitos, tinham acesso ao direito de propriedade privada sobre seres humanos e administravam sua propriedade tão brutalmente quanto os homens proprietários de escravos. Elas participaram da economia de extração, retirando benefícios materiais do trabalho das mulheres pretas no campo, do trabalho de cuidar de seus filhos e delas mesmas... Em todas as colônias de escravos, ser “mulher” era racializado. Em outras palavras, a economia do extrativismo afetou, e continua a afetar, a organização dos gêneros e a fabricação da feminilidade e da masculinidade, um processo que o feminismo branco e burguês optou por ignorar. Esse feminismo é cego quanto à racialização e à colonialidade do gênero¹⁰ (Lugones 2019) e faz de seu feminismo uma ideologia a serviço do colonialismo, do capitalismo e do imperialismo. Enquanto as lutas contra a violência sexuadas e sexuais forem baseadas nas categorias de “mulheres” e “homens” forjadas e alimentadas pelo racismo e pelo sexismo, tais como mantidas pelo Estado, elas não podem ser lutas de libertação. O longo combate pela humanização do mundo exige o fim do extrativismo, dessa concepção de uma boa vida baseada na destruição e exclusão.

Representations of Masculinity in Contemporary American Art. NYC, Whitney Museum of American Art. As obras em inglês sobre a masculinidade preta se multiplicaram nesses últimos anos. Um verdadeiro corpus teórico se desenvolve inclusive nas artes.

10 Ver Maria Lugones (2019), “La colonialité du genre”. *Les cahiers du CEDREF, Centre d’enseignement, d’études et de recherches pour les études féministes*, 23: 46-89.

Extrativismo e ventre das mulheres pretas¹¹

A expansão colonial europeia se baseia na ideia de que tanto a força de trabalho quanto a natureza são fontes infinitas a serem exploradas. Natureza e pessoas são concebidas como riquezas oferecidas pelo Céu aos países colonizadores. A “Natureza” é percebida como um processo extraeconômico que assegura sua própria reprodução, a natureza é “barata”, sem custo, e entra de fato no trabalho não remunerado (Moore 2015)¹². Para o sociólogo Jason Moore (2015: 1-8), “*cheap labor*” é inseparável da “*cheap nature*”, pois “*as revoluções industriais sempre se fundamentaram no acúmulo de trabalho não pago*”, particularmente na forma de “*migrações de adultos produtivos*”, “*cheap for capital*”. As “migrações” sob a escravidão se fazem sob a forma de tráfico, de mercado onde os corpos são expostos, examinados, palpados. Sem extrativismo, não há capitalismo global, não há acumulação de riqueza e excedentes, não há hiperconsumação.

A ligação entre a extração da força vital preta (através do tráfico e da escravidão), a extração do ouro e da prata e a extração do açúcar, do café, do tabaco, revela a lógica da colonização: despossessão, escravidão, exploração, extração até esgotamento dos recursos. Para a extração de força de trabalho, o colono/capitalista se volta para a fonte de extração de força de trabalho (através da escravidão, do trabalho forçado e fabricação da precariedade) para renová-la e coloniza novos espaços (solos, subsolo, florestas, mares, oceanos e agora outros planetas) para encontrar novas fontes de extração. Examinando o que se passou historicamente em Gana – a extração concomitante de duas fontes de riqueza, o ouro e os escravos – Kathryn Yusoff (2019: 2) escreve, em *A Billion Black Anthropocenes or None*: “Ambos são feitos pela extração de recursos desumanos da terra como propriedade. Muito do que os geólogos encontram como evidência do Antropoceno são também vestígios do modo de produção escravista, mas isso raramente é mencionado”. Eu aplico essa forma de privatização e extração “desumana”, ou seja, além das forças humanas, à reprodução social racializada da força de trabalho. O que quero dizer é simples: durante séculos, a reprodução de uma força de trabalho servil repousou sobre a extração do ventre das mulheres africanas e malgaxes. Elas deram a vida aos milhões de africanos(as) deportados(as) no comércio transatlântico de escravos.

11 Toda essa parte é largamente extraída de minha obra *Le ventre des femmes. Capitalisme, racialisation, féminisme*, na qual eu estudava a longa história do controle do corpo das mulheres pretas e racializadas desde o tráfico e o escravismo até as políticas de controle de natalidade no Sul global hoje, o papel das noções de “subpopulação” e “superpopulação” e do direito de mulheres pelo feminismo burguês e branco no capitalismo e no patriarcado burguês. Ver Françoise Vergès (2017), *Le ventre des femmes. Capitalisme, racialisation, féminisme*. Paris: Albin Michel.

12 Sobre a noção de natureza como fonte de riquezas sem limites e sem necessidade, ver: Jason Moore (2015), “Endless Accumulation, Endless (Unpaid) Work?”. Disponível em: <http://theoccupiedtimes.org/?p=13766>. Acesso em: 18/02/2022.

Esse trabalho invisibilizado foi, no entanto, essencial para a acumulação do capital que os(as) escravos(as) representavam. Essas mulheres carregam uma criança, lhe dão a vida, cuidam dela, fazem de uma criança um ser que fala, caminha e entende e a partir daí ela se torna um ser a capturar, traficar e vender. O tráfico, que dura séculos, requer um abastecimento constante. Se é verdade que essa extração também nega ao homem uma função paterna (biológica ou não), o trabalho feminino de reprodução social permanece *oculto* no circuito que assegura uma acumulação do capital. Na historiografia do comércio de escravos, as mães são encobertas no silêncio, seu papel é ignorado, ao mesmo tempo que nunca antes uma economia moderna tinha cobrado de forma tão massiva e brutal o ventre das mulheres pretas. O acesso à mão de obra de origem africana, que representava para o sistema capitalista mundial uma forma constante de capital, baseava-se no papel essencial, mas invisível, de sua reprodução na África (Robinson 2000). Se na Europa, escreve Cedric Robinson (2000: 309), vastas reservas de mão de obra estavam reunidas nos bairros pobres ao redor das grandes cidades, a África era forçada a “despejar” no Atlântico preto os seres humanos que ela havia visto nascer. Essa drenagem, que instalou a insegurança como forma de vida, o medo e a dor como sentimentos cotidianos, fez do ventre das mulheres não-brancas o instrumento essencial para a produção de uma força de trabalho móvel, sexualizada e racializada¹³.

Essa gestão dos órgãos foi objeto de negociações entre colonos, Estado e entidades intermediárias (armadores, banqueiros, industriais) que compartilharam os mesmos interesses – lucrar do acréscimo de capital de uma mão de obra explorável. Muito cedo é preciso decidir se esse acréscimo se faria organizando sua reprodução local ou garantindo a fonte de captação e os circuitos de importação. Nas colônias escravistas, a reprodução social da força de trabalho servil acabou variando de uma colônia para outra, e de uma época para outra. No entanto, podemos distinguir entre as colônias que organizam (*a slave breeding industry*)¹⁴ a indústria de reprodução de corpo escravizado e aquelas que contam com o fornecimento de mão de obra escravizada através da importação constante de africanos e de maneira contingente com o estupro de mulheres escravas¹⁵.

13 Pode-se objetar que o patriarcado tem trabalhado em todos os lugares para privar da posse as mulheres e que as fábricas da Revolução Industrial engoliram literalmente sua força vital, a de suas companheiras e companheiros e a de seus filhos, e esgotaram seus corpos a ponto de esvaziá-los de suas forças. Certamente. Minha proposição é a seguinte: foi o tráfico de escravos e a plantação que fundaram e aperfeiçoaram esse modelo.

14 Conforme Ned et Constance Sublette (2015). Ver também: Gregory O'Malley (2014), que se interessa na circulação do trabalho escravo entre as colônias. Como os escravos eram considerados uma mercadoria, eles podiam “ser circulados” como dinheiro graças às redes capitalistas e aos desvios das leis de distribuição de mercadorias.

15 Mulheres cativas eram estupradas nas barracas dos portos negreiros na costa africana e nos navios negreiros, uma mulher grávida tendo mais valor de mercado, como a criança ao nascer.

No segundo caso, negreiros e colonos fundaram sua riqueza no comércio, no tráfico e na extração do vivente sobre o continente africano, dos ventres das mulheres pretas. Nas colônias francesas e inglesas, a escolha foi claramente a importação. É verdade que nas colônias francesas, o *Code Noir* também regia a fertilidade das mulheres escravas cujos filhos entravam imediatamente no capital dos escravistas¹⁶ (Dorlin 2006; Oudin-Bastide 2005), mas esta reprodução nunca se fez em escala industrial como nos Estados Unidos. “Os textos antilhanos que defendem as maternidades de escravos para povoar as plantações não são tão evidentes”, escreve a historiadora Arlette Gautier (1985: 12), “eles dizem respeito a períodos bastante breves e os projetos que eles apoiam não parecem ter tido muito resultado”¹⁷. Os colonos, continua a historiadora (Gautier 1985: 13), “teriam calculado os respectivos custos de reprodução física (redução da intensidade do trabalho da mãe, manutenção da criança sem compensação durante seus primeiros anos) e da reprodução ‘comercial’ (através do tráfico) e teriam optado por esta última”. Outros testemunhos confirmam as observações de Arlette Gautier (1985: 13) sobre a falta de interesse dos colonos franceses pela reprodução local: “os colonos e gerentes faziam as mulheres trabalhar até o último momento de sua gravidez, espancaram-nas quando estavam muito lentas, mandaram-nas de volta ao trabalho logo após o parto e deixavam os recém-nascidos definharem”. O fato de que dois terços dos cativos africanos destinados a serem vendidos nas colônias escravistas foram homens prova o desinteresse dos colonos em criar uma indústria de reprodução local de mão de obra escrava.

Em sua descrição da *slave-breeding industry*, Ned e Constance Sublette (2015) mostram que esta indústria conseguirá se estabelecer após a lei federal de 1808 que proíbe em todo território dos Estados Unidos o uso do tráfico transatlântico para abastecer os Estados com escravos¹⁸, enfraquecendo assim a política de importação dominada pelo estado da Carolina do Sul. O trabalho das mulheres escravas reprodutoras tornou-se essencial para a expansão e para a riqueza dos Estados Unidos. Em um mundo fundado na escravidão, onde nem o dinheiro, nem o ouro, nem o papel-moeda existiam, os filhos dos escravos e os filhos desses filhos constituíam poupanças reais, base da moeda e do crédito (Sublette & Sublette 2015). Os proprietários não só recebiam juros sobre o nascimento de recém-nascidos, mas também se beneficiavam do valor monetário que lhes foi aplicado no circuito escravo desde seu primeiro sopro de vida. Os ventres das escravas

16 Ver: Elsa Dorlin (2006), *La matrice de la race. Généalogie sexuelle et coloniale de la Nation française*. Paris: La Découverte; Caroline Oudin-Bastide (2005), *Travail, capitalisme et société esclavagiste. Guadeloupe, Martinique (XVII-XIXe siècle)*. Paris: La Découverte.

17 Arlette Gauthier (1985:12), “Sous l’esclavage, le patriarcat”.

18 Ned et Constance Sublette (2015), *The American Slave Coast. A History of the Slave-Breeding Industry*, *op. cit.*

pretas eram um capital (*capitalized womb*) (Sublette & Sublette 2015: 2); seus corpos-máquinas constituíam, portanto, um elemento essencial do circuito global de produtos, como o algodão ou o açúcar. O *slave-breeding* foi sustentado com o estupro e a violência¹⁹. As mulheres podiam ser estupradas seis a doze semanas após o parto e ficar grávidas novamente. A criança preta não era uma pessoa, mas uma moeda de troca. As historiadoras Deborah Gray White (1999) e Jacqueline Jones (2010) mostraram em obras essenciais o destino dessas mulheres escravas que foram obrigadas a entrar no circuito comercial: sujeitas às mesmas condições de trabalho que os homens escravos, à mercê da predação sexual dos homens brancos, tendo que cuidar de suas famílias, de seus filhos, dos idosos, dos rituais²⁰. Em resumo, o continente africano foi durante séculos o reservatório-fonte de um capital humano de grande valor monetário, e este capital foi então “financiado” pelo constante fornecimento de cativos ou confiado a uma indústria de reprodução local. Em todo caso, o ventre das mulheres pretas se tornou um capital. Elas resistiram abortando, comprando a liberdade de seus filhos, fugindo, fazendo famílias. O custo da reprodução física foi relegado às mulheres africanas e às mulheres escravizadas. A divisão internacional do trabalho entre os sexos e racializada não terminou com a abolição do tráfico e da escravidão. Os corpos traficados passaram por uma nova nomenclatura racial, reforçada pela criação de “settler colonies”, para onde milhões de europeus foram enviados ou convidados a se instalar – Austrália, África do Sul, Nova Zelândia, Canadá, Argentina, Estados Unidos da América... – após terem dizimado as populações nativas, vítimas de genocídio, estacionadas em reservas, desapossadas²¹ (Schwartz 2011: 9). Essa partida maciça tem uma profunda influência sobre a divisão global do trabalho, pois os migrantes europeus ergueram países de “homens brancos livres” (Schwartz 2011: 9) cuja liberdade se funda no apagamento, no genocídio, no desaparecimento de povos e de comunidades.

Assim que consideramos o roubo do ventre das mulheres pretas e o estupro como elementos essenciais na acumulação do capital, a análise do patriarcado como universal, como se exercendo em todo lugar da mesma forma, não se sustenta mais. Esta política da reprodução – fazer de seres vivos criados por mulheres pretas, mercadorias – seja através da captura ou do estupro, mostra que o patriarcado é racializado. Estupros e torturas, inclusive de meninas, são evidências da violência sexual e do sadismo extremo que estão no cerne da escravidão. São também evidências do uso do corpo de mulheres e meninas pretas para fins pornográficos: em um mundo onde o corpo das mulheres não deve ser mostrado publicamente, os corpos nus de mulheres e meninas pretas são regularmente

19 O estupro e a violência contra as mulheres abundavam evidentemente em todas as colônias escravistas, mas eles não estavam a serviço de uma “breeding industry”.

20 Ver especialmente: Deborah Gray White (1999) e Jacqueline Jones (2010).

21 Ler: Bill Schwartz (2011: 9), *Memories of Empire, Volume I. The White Man's World, op. cit.*

exibidos publicamente (vendas, punição, tortura, ilustrações, fotografia). A escravidão torna a violência contra as mulheres pretas um fato cotidiano e banal, ela a coloca em cena publicamente, de forma pornográfica e obscena.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, a divisão internacional do trabalho permanecia marcada por gênero e racial. A observação de que as mulheres nas partes do mundo a serem conhecidas como o “terceiro mundo” tinham filhos demais e impedem o desenvolvimento e a desapareção da miséria domina as reuniões internacionais e os programas de desenvolvimento. O controle da natalidade no terceiro mundo tornou-se inseparável das políticas de desenvolvimento e reajuste estrutural. A taxa de natalidade no terceiro mundo é objeto de uma atenção especial não apenas da instituição encarregada de estudar a demografia mundial, mas também daqueles que gerenciam o trabalho, as migrações, a segurança e, nos anos 1970, o meio ambiente. A ideologia predominante é a seguinte: a demografia no Terceiro Mundo é tanto um obstáculo ao seu desenvolvimento quanto uma ameaça à segurança global²². A fertilidade das mulheres do Terceiro Mundo é quase equivalente a uma ameaça terrorista.

Geremos a desordem para gerar ordem

Crianças, ponham fogo, ponham fogo!

Ponham fogo para pôr em ordem

Ponham fogo, façam desordem

*Gerem a desordem para gerar ordem*²³ (Lazar 2019)

Em 24 de março de 2018, na Martinica, nessa terra devastada pelo crime estatal de poluição do solo, rios e mar pelo pesticida clordecona, as feministas pretas denunciavam a violência estatal ao cruzar saúde, colonialismo, racismo, sexismo, violências, crimes ambientais, relações entre mulheres e homens, solidariedade intergeracional e resistência. “Ponham fogo, gerem a desordem para gerar ordem”, cantavam as mulheres do grupo feminista #Pebouchfini, cujos membros estavam atrás da bandeira, “Ontem escravizadas, A todo tempo exploradas, Hoje envenenadas, As mulheres dizem Basta!”. Elas cantaram: “Uma terra saudável / (em coro) É isso que queremos! / Homens saudáveis, em todos os sentidos/ É isso que queremos! / Mulheres saudáveis / É isso que queremos! / Ser livres / É isso que queremos! / Crianças saudáveis/ É isso que queremos!” (Lazar 2019).

22 Nas conferências mundiais de população a presença das principais instituições internacionais (FMI, Banco Mundial), da Organização internacional do trabalho ou para as migrações evidencia a importância atribuída à fertilidade como uma ameaça à “segurança”.

23 Slogans cantados por feministas da Martinica, extraídos do filme de Florence Lazar (2019), *Tu crois que la terre est morte*.

Que tremam o Estado, os céus, as ruas
Que temam os juízes e toda a justiça
As mulheres perderam sua calma
...
E que a terra trema até suas entranhas
*Com nossos rugidos de amor*²⁴.

Dois anos depois, em 8 de março de 2020, na grande praça da Cidade do México, enquanto a pandemia causada pelo vírus Covid-19 se espalha pelo mundo, feministas cantam a letra de *Canção sem medo* que lembra a cumplicidade do feminicídio entre justiça, estado, patriarcado e polícia. Em sua descrição do estado dos quartos de hotel que as faxineiras racializadas são levadas a limpar, Rachel Kélé, uma das grevistas do hotel Ibis Accor Batignolles em Paris²⁵, aponta a relação entre mulheres racializadas, exploração, sujeira e limpeza: as faxineiras encontram quartos onde os(as) clientes deixaram vômito, banheiros sujos, resíduos de sangue ou de excrementos, migalhas de comida, roupas jogadas pelo chão, às vezes precisando de dois ou três sacos de lixo para esvaziar um quarto. Associando essas marcas de desprezo àquelas do grupo Accor e da empresa subcontratada que as emprega para arrumar todos os dias de 30 a 50 quartos, em um ritmo de um quarto a cada 17 minutos, por um salário de 800 a 900 euros por mês, ao trabalho que “danifica” e “cansa”, à ligação entre racialização e invisibilização, a seu sofrimento por não poderem dar a seus filhos a educação que desejam e os presentes que merecem, ela demonstra a importância de reunir sentimentos, emoções e fatos para descrever melhor a violência estrutural que lhes é feita²⁶. Sua invisibilização, a falta de respeito por seu trabalho, seus baixos salários, a exploração e o racismo que marcam os trabalhos “essenciais” que as mulheres racializadas fazem se fundamentam na longa história da reprodução social e do conforto da sociedade racializada. Esses fatos condensam a arquitetura social e racial dos lares burgueses ou dos espaços do capital ou do Estado: nenhum respeito é devido a uma pessoa racializada, pode-se espalhar sua sujeira sem nenhuma vergonha, exibir coisas da vida privada, e até mesmo ter prazer em fazê-lo pois se contribui para a humilhação das pessoas racializadas, à recusa a lhes acordar dignidade. Sob a escravidão colonial, os proprietários de plantações – mulheres e homens – falavam de coisas privadas ou se mostravam sem hesitação nas situações mais íntimas diante de pessoas escravizadas,

24 *Cancion sin miedo*, Mon Laferte, Vivir Quintanar e o coro El Palomar, (Canção sem medo), 8 de março de 2020, Cidade do México – a letra é de Mon Laferte, em homenagem a uma amiga morta por feminicídio. Disponível em: <https://youtu.be/-UgyLRjz30c>. Acesso em: 18/02/2022.

25 Uma greve começada em 17 de julho de 2019.

26 AJ+ France “Eles pensam que nós somos suas escravas e não há respeito”.

como os burgueses faziam e ainda fazem diante de seus trabalhadores domésticos, ou como podem fazer hoje pessoas diante de vendedoras/vendedores, vigias, faxineiras, trabalhadores(as) do sexo. Civilidade e limpeza burguesas são máscaras que dependem da devolução da limpeza e do cuidado às pessoas racializadas, do esgotamento de seus corpos e de suas forças e, portanto, inevitavelmente da fabricação de corpos menos saudáveis. O corpo saudável, que é a medida da política de saúde pública, é historicamente marcado pelo racismo e pela classe. Os corpos racializados são corpos sócio-históricos. Falar de corpos e vidas “invisíveis” não é exigir o reconhecimento dos poderosos, mas rejeitar o regime de visibilidade historicamente racializado e sexuado. As lutas feministas descoloniais antirracistas contra a violência se levam a cabo com a compreensão de que a última não é só resultado da dominação masculina, mas de um sistema que faz da violência um modo de vida e de existência, que a institui como o único modo de relação. Ao declarar guerra ao Estado, à polícia, aos juízes, ao fazer da boa saúde da terra e daquelas e daqueles que a habitam a condição de uma vida doce, ao sublinhar a necessidade de seu trabalho de limpeza do mundo, essas feministas e mulheres em luta indicam o aspecto pluridisciplinar, transversal, transfronteiriço e internacionalista das lutas feministas de libertação.

O neoliberalismo nunca é apenas um programa econômico, ele visa uma transformação cultural do “eu”, na qual o sistema escolar e a socialização desempenham um papel importante (Mirowski 2014). É um programa “construtivista” (Brown 2006: 40) que tem como objetivo subjugar as pessoas e seu ambiente. Os neoliberais não querem a destruição do Estado, mas sua sujeição, sua transformação em uma ferramenta ativa, central para a fabricação de subjetividades, relações sociais e representações coletivas. Ele sustenta sem problema e simultaneamente afirmações contraditórias (Mirowski 2014), como, por exemplo, um discurso de defesa dos direitos das mulheres e fazer aprovar leis que as tornam mais vulneráveis – especialmente as racializadas – à pobreza e à violência. A “acumulação militarizada” tornou-se um fato global (Robinson 2020), e a economia global está “cada vez mais dependente do desenvolvimento e implantação de sistemas de guerra, controle social e repressão, fora das considerações políticas, simplesmente como um meio de lucro e acumulação contínua de capital diante da estagnação” (Robinson 2020). Em nome da segurança para todos, a proteção é militarizada, comportamentos são penalizados e comunidades são criminalizadas. A guerra, que é central para a construção do mundo moderno, que é a base da política colonial e imperialista, é a arma central da violência estrutural, sistêmica, do capitalismo racial e neoliberal e de seu patriarcado. A linguagem da guerra satura nossa existência e as guerras

contra as drogas e o terrorismo, contra os imigrantes, os refugiados, as gangues e os jovens pobres, de pele escura e da classe trabalhadora em geral, a construção de muros fronteiriços, de prisões para imigrantes, de complexos penitenciários-industriais, de sistemas de vigilância em massa e a multiplicação de guardas de segurança privada e de empresas mercenárias (Robinson 2020),

são todas atividades que “se tornaram uma grande fonte de lucro” (Robinson 2020).

Imaginar um futuro pós – escravista, racista, capitalista, imperialista, patriarcal – é uma ferramenta poderosa nas mãos dos(as) oprimidos(as). Ousar dar um salto no tempo, ousar imaginar um mundo onde a humanidade não esteja dividida em vidas que contam e vidas que não contam sempre fez parte da pedagogia política dos(as) oprimidos(as). Ao “não há alternativa”, “sempre foi assim”, “não se pode mudar a natureza humana”, “sempre houve fortes e fracos”, “está na natureza das mulheres”, se opõe o fôlego revolucionário. Os tempos das lutas descoloniais se fundam na análise de várias temporalidades: um passado de escravismo, racismo e colonialismo, um presente de exploração, racismo e opressão, e um futuro que anuncia formas de exploração e opressão combinando técnicas de vigilância, de controle, de racismo e de dominação do passado e do presente e aquelas imaginadas para o futuro. Os tempos das lutas descoloniais são também os tempos longos de lutas, de revoltas, insurreições e revoluções do passado, aquelas de hoje e utopias de libertação. Eles questionam a binaridade temporal do poder que ecoa aquela da guerra. Se é preciso obviamente nos organizarmos para responder às urgências materiais – fome, desemprego, pagar o aluguel, mandar as crianças à escola, lutar contra a falência das empresas familiares em bairros populares – às quais devemos acrescentar a necessidade de reduzir o estresse, a ansiedade e os problemas de saúde, de emprego e da vida pessoal, nós não podemos ignorar o fato de que o que está por vir e afetará principalmente as classes populares e as comunidades racializadas exige imaginar um futuro.

À litania macabra e cotidiana dos feminicídios, às narrativas de corpos desmembrados, esfaqueados, sufocados, torturados, mutilados, queimados vivos, jogados no lixo, respondem organizações de autodefesa feministas. Escutemos Angela Davis:

Como esperar que o Estado resolva o problema da violência contra as mulheres quando está constantemente recapitulando sua própria história de colonialismo, de racismo e de guerra? Como pedir ao Estado que intervenha quando, de fato, suas forças armadas sempre praticaram o estupro e as agressões e ferimentos contra as mulheres inimigas? Na verdade, a violência sexual e íntima contra as mulheres tem sido uma tática militar central de guerra e de dominação. No entanto, a abordagem do Estado neoliberal consiste em integrar as mulheres nessas agências de violência, integrar as forças armadas e a polícia. (Davis 2020)

Que o femicídio e a violência sistêmica estejam agora no centro dos protestos e reflexões atuais mostra que a ideia das imbricações entre racismos, sexismo, transfobia, homofobia, violência de classe, destruição sistemática do ambiente necessário para a vida humana está se tornando mais amplamente aceita. O que fazer então? Exigir do Estado o que ele nos deve, mas permanecendo autônomos(as), estabelecer nossas condições quando conversamos com as instituições, incendiá-las, fazer a desordem, se educar coletivamente (educação! educação! educação!), ser solidário com todas as lutas de libertação, manter a amizade e o amor revolucionário.

A violência sistêmica e estrutural do capitalismo racial e do patriarcado foi mais uma vez exposta pelas políticas de confinamento que governos implementaram em resposta à pandemia de Covid-19²⁷. Femicídio, assassinatos de militantes autóctones²⁸, violência contra idosos e crianças, violências policiais, violências racistas, não diminuíram em lugar nenhum. Se as consequências dessas políticas não são exatamente as mesmas de país para país²⁹, está claro que as desigualdades e injustiças sociais e raciais foram agravadas, contribuindo para a exposição da imensa precarização criada pela globalização do capitalismo e sua estrutura racial. Essa política lançou uma luz forte sobre o fato de que os governos diferenciavam entre aquelas e aqueles que, tendo sempre gozado historicamente de proteção, continuariam a gozar desse privilégio, e aquelas e aqueles que, também historicamente, foram fabricados como descartáveis, como excedentes e como, por natureza, resistentes ao que o poder concebeu como “vida normal” – não somente podiam ser expostos ao vírus e à morte, mas suas condutas criminalizadas. Rapidamente compreendemos que não estávamos vivendo apenas uma crise sanitária, mas um momento político e histórico que não era em nada obra do acaso.

Pensar a sociedade pós-violenta

É preciso evitar que o discurso de emancipação se torne ele mesmo um discurso de missão civilizadora, pois seria necessário extirpar as “tradições” obscurantistas, educar o povo. O(A) oprimido(a) não precisa ser vítima inocente para que seu combate seja legítimo. Não há povo virtuoso, mas um povo que luta dia após dia. Um exemplo: o povo comanche era um povo nômade com grandes qualidades guerreiras, unido com seus cavalos, vivos, rápidos, resilientes e resistentes, impiedoso com seus inimigos, extremamente duro com suas mulheres e seus escravos, e que dará aos invasores americanos grande embaraço. Um

27 O governo francês decretou um “estado de urgência sanitária” em 17 de março de 2020.

28 “Amazon Guardian, indigenous land defender, shot dead in Brazil”, 1 de abril de 2020, Disponível em: <https://www.survivalinternational.org/news/12365>. Acesso em: 18/02/2022.

29 Diferenças de taxas de contaminação e de mortalidade entre a Grécia e a França, entre Taiwan, a Coréia do Sul, o Vietnã e os Estados Unidos...

governador do Texas dirá “Vamos exterminá-los!”, um chamado ao genocídio desses que se encontra ao longo de toda a história colonial. No entanto, que os comanches tenham sido duros com suas mulheres, não tenham construído castelos e palácios, não tenham escrito textos sobre os “direitos humanos”, nada justifica seu extermínio. Sonhar, certamente, mas sem idealizar, sem fetichizar, aprendendo a viver com as diferenças. Lutar é também não esquecer a dimensão psicológica da emancipação. O colonialismo, o racismo, o sexismo afetam a representação de si, eles alienam, como Frantz Fanon demonstrou. A emancipação não é simplesmente política ou territorial (recuperar o poder e a terra), é necessário emancipar-se dos traços deixados na *psique* pela escravidão, pela subjugação, pela humilhação, pela identificação com os poderosos, e pelo desprezo a si mesmo. Todo esse campo do apagado, da memória entravada, do vernáculo desprezado, do psiquismo destruído é importante. Todo um trabalho sobre o inconsciente, o desejo pelo que o outro tem, o poderoso, mesmo à custa da própria mutilação. O colonialismo explica todas as neuroses, mas ele reforça certas neuroses.

Os estupros, esquartejamentos, feminicídios, aprisionamentos, a segregação espacial, as destruições ambientais testemunham uma vontade de eliminar. O colonialismo, o capitalismo racial, fizeram da violência e da morte a própria base de seu funcionamento. A colonização é destruição, nada mais. Sua ideologia produz um consentimento ao racismo, às desigualdades, ela normaliza a exploração e a violência. O corpo racializado é um corpo “feminizado”: um homem racializado não é bem um “homem” aos olhos do Ocidente, uma mulher racializada nunca é realmente uma “mulher”. As categorias sociais “mulher” e “homem” são construções ocidentais que se tornaram hegemônicas, cuja referência é uma pessoa branca, europeia, burguesa. Essas categorias são impostas aos povos colonizados e até mesmo a classes dentro da Europa. A burguesia declara que suas categorias são universais, e as sexualidades, gêneros, formas de fazer e ser que não respeitam suas normas (populares, não europeias) são condenadas, desprezadas. Maria Lugones fala da colonialidade do gênero, da imposição pelos colonizadores europeus de uma concepção binária de gênero, enquanto em muitas sociedades isso era mais fluido.

O mundo dos humanos está confrontado a um perigo total. A própria existência de uma vida humana está ameaçada. A Terra pode nos sobreviver, os seres humanos só estão aqui há um momento muito pequeno de sua história, mas o certo é que uma parte da humanidade está destruindo as condições da vida humana na Terra com a ilusão de que será capaz de se refugiar em bunkers, em espaços de sobrevivência protegidos. Essa casta é egoísta, gananciosa, predadora. A luta pela justiça ambiental é uma luta antirracista. A luta antirracista é uma luta contra todas as formas de racialização, ou seja,

de desumanização, de fabricação de vidas descartáveis, de vidas como “excedente”. O ar, a água, os solos, poluídos, o agronegócio, as indústrias químicas, as barragens, a indústria nuclear, o extrativismo, a indústria militar, a mudança climática, tudo isso é o resultado da busca de lucro a qualquer preço desprezando a vida. O mundo está confrontado a uma ameaça existencial, a retórica que consiste em falar de direitos humanos quando estes são pisoteados, negados, desprezados, é uma mentira. O que significa ser humano na Terra? Certamente não é o que o capitalismo racial patriarcal nos oferece que se sustenta no assassinato, no racismo, na destruição e na exploração. O(A)s refugiado(a)s, o(a)s migrantes, estão estacionados em campos insalubres, crianças cometem suicídio por desespero, e os governos excitam suas populações contra essas pessoas que fogem das guerras, da miséria. A relação entre crises econômicas, políticas, sanitárias e ecológicas atuais e o racismo anti-preto, anti-muçulmano, e o sexismo, a transfobia, a homofobia deve ser constantemente destacada. O processo de racialização é fundamental para o poder estatal e o capitalismo, ele é *seu coração*. Portanto, é necessário, dia após dia, alimentar a amizade, a solidariedade, o amor revolucionário para combater a violência sistêmica e estrutural que é indispensável, inseparável do capitalismo racial. Isso é o que em todo o mundo as comunidades pretas e racializadas, os povos autóctones, os intelectuais e artistas antirracistas e descoloniais praticam.

Referências

- BROWN, Wendy. 2006. *Edgework: Critical essays on knowledge and politics*. Princeton: Princeton University Press.
- CESAIRE, Aimé. 1989. *Discours sur le colonialisme*. Paris: Présence africaine.
- DAVIS, Angela. 2000. “The Color of Violence Against Women”. Keynote address at the Color of Violence Conference in Santa Cruz. *ColorLines*, 3 (3).
- DORLIN, Elsa. 2006. *La matrice de la race. Généalogie sexuelle et coloniale de la Nation française*. Paris: La Découverte.
- GAUTIER, Ariette. 1985. “Sous L’esclavage, Le Patriarcat”. *Nouvelles Questions Féministes*, 9(10): 9–33.
- GOLDEN, Thema. 1994. *Black Male. Representations of Masculinity in Contemporary American Art*. NYC: Whitney Museum of American Art.
- GOLDORACLE, QUEDLAGOLD, et GOLDEBOIS. 2019. *Ni or, ni maître. Montagne d’or et consorts*. France Métropolitaine: Les éditions du Couac.
- ISMARD, Paulin. 2019. *La cité et ses esclaves. Institution, fictions, expériences*. Paris: Seuil.
- JAMES, Joy; COSTA VARGAS, João. 2012. “Refusing Blackness as Victimization: Trayvon Martin and the Black Cyborg”. In: George Yancy et Janine Jones (eds.), *Pursuing Trayvon*:

Historical Contexts and Contemporary Manifestations of Racial Dynamics. United Kingdom: Rowman & Littlefield.

JONES, Jacqueline. 2010. *Labor of Love, Labor of Sorrow: Black Women, Work, and the Family, from Slavery to the Present*. New York: Basic Books.

JONES-ROGERS, Stephanie E. 2019. *They Were Her Property: White Women as Slave-Owners in the American South*. New Haven: Yale University Press.

LAZAR, Florence. 2019. *Tu crois que la terre est chose morte*. França, 70min.

LUGONES, María. 2019. "La colonialité du genre". *Les cahiers du CEDREF, Centre d'enseignement, d'études et de recherches pour les études féministes*, 23: 46-89.

MAYER, Nathalie. 2020. "La pollution de l'air est le fléau qui réduit le plus l'espérance de vie dans le monde". *Futura Santé*. Disponível em: <http://www.futura-sciences.com/sante/actualites/vie-pollution-air-fleau-reduit-plus-esperance-vie-monde-63256/>. Acesso em: 18/02/2022.

MBEMBE, Achille. *Brutalisme*. Paris: La Découverte, 2020.

MCKITTRICK, Katherine. 2015. *On Being Human as Praxis*. Duke: Duke University Press.

MIROWSKI, Philip. 2014. *Never Let a Serious Crisis Go to Waste. How Neoliberalism Survived the Financial Meltdown*. Londres: Verso.

MOORE, Jason. 2015. *Endless Accumulation, Endless (Unpaid) Work?*. Disponível em: <http://theoccupiedtimes.org/?p=13766>. Acesso em: 18/02/2022.

O'MALLEY, Gregory. 2014. *Final Passages. The Intercolonial Slave Trade of British America, 1619-1807*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.

LOUDIN-BASTIDE, Caroline. 2005. *Travail, capitalisme et société esclavagiste. Guadeloupe, Martinique (XVII-XIXe siècle)*. Paris: La Découverte.

ROBINSON, Cedric J. [1983] 2000. *Black Marxism. The Making of the Black Radical Tradition*. 2 ed. Chapel Hill: The University of North Carolina Press.

ROBINSON, William I. 2020. "Beyond the Economic Chaos of Coronavirus Is a Global War Economy", *Truthout*. Disponível em: <https://truthout.org/articles/beyond-the-economic-chaos-of-coronavirus-is-a-global-war-economy/>. Acesso em: 18/02/2022.

SCHWARTZ, Bill. 2011. *Memories of Empire, Volume I. The White Man's World*. Oxford: Oxford University Press.

SCOTT, James C. 2019. *Homo Domesticus. Une histoire profonde des premiers États*. Paris: La Découverte.

SHARPE, Christina. 2016. *In the Wake. On Blackness and Being*. Durham: Duke University Press.

SPILLERS, Hortense. 1987. "Mama's Baby Papa's Maybe: An American Grammar Book". *Diacritics*, 17(2): 65-81.

SUBLETTE, Ned; SUBLETTE, Constance. 2015. *The American Slave Coast. A History of the Slave-Breeding Industry*. Chicago: Lawrence Hill Books.

VERGÈS, Françoise. 2017. *Le ventre des femmes. Capitalisme, racialisation, féminisme*. Paris: Albin Michel.

WHITE, Deborah Gray. [1985] 1999. *Ar'n't I A Woman? Female Slaves in the Plantation South*. 2. ed. New York: W.W. Norton.

YUSOFF, Kathryn. 2019. *A Billion Black Anthropocenes or None*. Minneapolis: University of Minnesota Press.

Tradução

Gabriel Silveira de Andrade Antunes
Doutorando em Filosofia Política/Universidade de Paris
bielfilosofo@hotmail.com

Revisão

Ana Carolina de Oliveira Costa
Doutora em Antropologia Social/Universidade de Brasília (UnB)
carolantrop2014@gmail.com

Recebido em 18 de março de 2021.

Aceito em 07 de junho de 2021.